



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13776 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

“FUGINDO” DA BASE: A ATUAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR FRENTE AOS DESAFIOS DA BNCC

Adriège Matias Rodrigues - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Regina Alice Rodrigues Araujo Costa - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Anne Karoline Cantalice Sena - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

“FUGINDO” DA BASE: A ATUAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR FRENTE AOS DESAFIOS DA BNCC

Resumo: A proposta tem como análise a atuação de professores do ensino superior do curso de Pedagogia em uma universidade no estado da Paraíba frente aos desafios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que gerou grande repercussão no cenário brasileiro, justamente pela ausência de diálogos no seu processo de construção e implementação. Nesse sentido, questionamos: como os professores do curso de pedagogia têm reagido a BNCC e seus desdobramentos na educação? Os textos políticos carregam possibilidades e limitações, contradições e espaços. Assim, operando com a noção de Atuação de Políticas (BALL, 1994), compreendemos que nesse cenário as políticas não são e não podem ser meramente implementadas, mas sujeitas a processos de traduções, interpretações, recontextualizações e recriações. A análise aponta tentativas de produções curriculares de recriar uma ação que não seja apenas receptora de uma política pensada fora de sua realidade, mas que seja uma ação pautada na perspectiva de transcender e de trazer essas políticas para um diálogo com os contextos situados.

Palavras-chave: Política Curricular. Atuação de Políticas. BNCC. Implementação.

INTRODUÇÃO

Para pensar a educação nos dias atuais é inegável a necessidade de refletir sobre as

políticas reformistas educacionais dos últimos anos, de modo específico, a partir do golpe de 2016, que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff, logo, nos debruçaremos a respeito da Base Nacional Comum Curricular. Nesse estudo, buscamos analisar a atuação de professores do ensino superior do curso de Pedagogia em uma universidade no estado da Paraíba frente aos desafios da BNCC. A partir disso, questionamos: como os professores do curso de pedagogia têm reagido a BNCC e seus desdobramentos na educação?

A partir da concepção de política e de atuação (BALL, 1994, 2012 e 2014), a pesquisa se propõe a refletir sobre os processos de traduções, interpretações, recontextualizações e recriações dos professores de ensino superior do curso de Pedagogia no que se refere a BNCC.

Para Ball (1994), a política vai estar permeada de relações de poder e é um campo de possibilidades, assim, para o autor, esse poder não ocorre de maneira linear, muito menos de cima para baixo, observa esse poder de forma relacional e situada, além disso, a discussão sobre política é permeada pelo discurso e por seus atores e está direcionada a como eles vão agir em circunstâncias particulares.

Considerando que dentro desse *lócus* da pesquisa, diante das variadas discussões que se desdobram da BNCC, optamos por dialogar com a percepção dos professores de ensino superior do curso de pedagogia, uma vez que, entendemos que “a política é feita pelos e para os professores; que são atores e sujeitos, sujeitos e objetos da política. A política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (BALL, 2012, p. 78). Na política, os professores são os atores e atuam através da aceitação, da contestação, da luta ou da recusa quanto à produção de textos políticos.

Portanto, as atuações são específicas e contextualizadas, ou seja, ocorre de forma diversificada em cada espaço geográfico, a partir da dinâmica de cada escola. Nesse processo de (re)elaboração das políticas, os atores envolvidos são todos os profissionais que atuam na instituição, entre eles, professores, gestores, secretários e até mesmo o próprio MEC, todos influenciam nos rumos e na dinâmica de cada ação. Mas de fato, são os professores que estão como ‘objetos da política’. A política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (BALL, 2012, p. 78). Na política, os professores são os atores e atuam através da aceitação, da contestação, da luta ou da recusa quanto à produção de textos políticos.

METODOLOGIA

Para este trabalho, priorizamos os pressupostos teórico-metodológicos pós-estruturais, de modo a contemplar os objetivos da pesquisa. Este estudo é de natureza qualitativa pela capacidade de aprofundar-se “[...] no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não compatível em equações médias e estatísticas” (MINAYO,

2001, p. 22). De acordo com Mainardes, Ferreira e Tello (2011) “os pós-estruturalistas consideram a ação dos sujeitos um aspecto crucial para a compreensão das políticas e enfatizam a fluidez do poder e sua posse pelos diferentes agentes”. Os interlocutores desta pesquisa foram professores do Curso de Pedagogia de uma Universidade no estado da Paraíba. A amostragem foi composta com a aplicação de uma entrevista semiestruturada realizada com 8 docentes. Por questões éticas e para não identificar os participantes que se dispuseram a contribuir com esta pesquisa, seus nomes verdadeiros serão substituídos por pseudônimos e nome da instituição será preservada.

DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DOCENTES

É necessário compreender a política como um ciclo contínuo que envolve uma série de questões, como o próprio contexto de influência em que ela é pensada. Segundo Mainardes (2006, p. 5), “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto em que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado”.

A BNCC, assim como qualquer outro artefato político, não deve ser seguida como uma cartilha. Como Ball (1994) ressalta, é necessária uma interpretação para trazer esse documento ao contexto de cada realidade, de cada escola, ou seja, um trabalho que valorize o sujeito em seu contexto sócio-histórico, político e econômico.

A política curricular é uma política cultural, um campo conflituoso, em que ocorrem embates entre concepções e sujeitos (LOPES, 2004). E é a partir da consciência da função política que exerce que poderá realizar um trabalho para as reais necessidades do alunado.

Por vezes, a política é “certa economia de discursos de verdade” (FOUCAULT, 1980, p.93), e esse discurso vai se expandindo no dia a dia das escolas sobre “os corpos dos professores e dos alunos e em forma de relacionamento social” (BALL, 2011, p.20). Esses discursos de política como verdade é que acabam gerando um ambiente de sua reprodução, desconsiderando as interpretações e as subjetividades, e todos os envolvidos têm seus corpos condicionados a essa reprodução.

Em nossa pesquisa, evidenciamos que existem professores que não buscam aproximação de trabalho com a BNCC, por compreender que já existem documentos que orientam a educação do país e que, para essa formação, é mais relevante. Ao mesmo tempo, observamos que ocorre um processo de resistência por parte desses profissionais, que se recusam a utilizar em suas aulas uma BNCC que, segundo eles, contradiz muitas das teorias que são empregadas nessa formação inicial, como vemos neste discurso:

Eu acho que há uma resistência, isso aí, e assim, eu não entendo se é uma questão de realmente não ir de encontro ao que é proposto na BNCC, se é uma questão realmente técnica, ou às vezes eu confesso que, que eu não sei se a coisa às vezes vai para um lado partidário, alguma coisa assim, tudo que vem de cima, sabe? Mas não concordo com a forma como o documento foi construído. Era necessário a participação de todos. (Professora B).

De acordo com a narrativa de uma das professoras do curso de pedagogia, ora investigado, a ausência de diálogo no processo de construção da BNCC, pode ser uma das razões para tanta aversão ao documento, como é colocado pelo professor E, que corrobora com o diálogo anterior:

A BNCC foi discutida por poucas pessoas e quando ela chegou à sua última versão ela passou pelas mãos de gente que nem tem uma relação direta com a educação, tem uma relação, suponho eu, na tentativa de trabalhar pela privatização da educação, né! Agora isso não é exclusividade nossa, né! A Europa e outros continentes trabalham a partir de bases nacionais comuns curriculares, sendo uma base comum para todo território e no nosso caso isso é ainda mais importante, porque a gente vive em um país que é Continental, né! Precisa realmente ter uma base comum e depois fazer adaptações de acordo com as nacionalidades, com as necessidades de cada região. Agora, acho importante, sou a favor da construção de uma, mas não sou a favor da forma como está foi construída, acho que a gente tem uma tendência na academia, e o governo nem se fala, a negar a escola, a negar os professores que estão atuando, ou seja, eles não são ouvidos, né! A gente sabe que a formação do professor no Brasil, ela é preconizada, em todos os níveis, mas isso não significa que o professor não tenha algo a dizer sobre esses assuntos. (Professor E).

O professor E, em sua narrativa, evidencia que existe um processo de influência por trás de tal política, que é intencional, produz e difunde conhecimentos neoliberais. Esse processo de política curricular é definido por Ball (2014, p. 29) como “[...] um tipo ‘social’ novo, que envolve tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos”.

Como essas redes apresentam soluções colaborativas e ideias “inovadoras” que foram bem sucedidas em outros países, acabam convencendo e vendendo sua ideia aos demais. Assim, são construídas participações multifacetadas “entre governos, agentes nacionais, transnacionais (BM, OCDE), Organizações Não Governamentais (ONGs), *think tanks* (pesquisadores, consultores individuais e/ou associados a empresas que prestam serviços educacionais) e outros grupos (como associações religiosas)” (MELO, 2018, p.46). Essa atuação se baseará na performatividade, no gerencialismo e na privatização (BALL, 2014).

Assim, essa ação prática precisa ser adaptada às necessidades e às especificidades locais, já que o documento foi construído, de maneira geral, sem respeitar essas

singularidades. Então, ao questionar os professores do Curso de Pedagogia sobre seu posicionamento em relação à BNCC, obtivemos respostas variadas, porém, destacamos que nenhum dos entrevistados se colocou contra tal política, mas percebemos um posicionamento crítico ou ainda a compreensão de que ela necessária, mas não da forma como foi gestada:

Nas minhas aulas meus alunos estão acostumados a perceber esse posicionamento, é tanto que hoje está bem difícil de dar aula sobre isso, considerando essa questão política, essa divisão política que está acontecendo, mas assim, eu gosto de ler os dois posicionamentos, porque a gente sabe que existem estudiosos da área que defendem, mas eu entendo que a BNCC é uma política curricular que ela tá envolvida em uma serie de relações de poder, tem aqueles que decidem o que a gente tem que ensinar as crianças, e lá na escola é o lugar onde ela é aplicada ou ela está colocada como deve ser aplicada, ela pode ser ressignificada, ela pode ser, né? (Professora A).

A professora A expressa uma compreensão acerca das políticas e da relação de poder que é estabelecida nessa construção, ao mesmo tempo em que percebe a necessidade de compreender as duas vertentes – o lado positivo e o negativo – para poder se posicionar. Dessa maneira, entende as políticas educacionais dentro dessa arena de disputas e de relações de poder, destacando as intencionalidades por trás desses documentos.

Portanto, observamos que a BNCC vem sendo discutida pelos professores no curso de pedagogia, ora investigado, a partir de um diálogo crítico e reflexivo, como uma forma de “fugir” dessa política e pensar uma ação pedagógica pautada na reflexão, análise e possibilidades de produção de um currículo que considere as diversas realidades da educação do nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que o posicionamento dos professores em relação a BNCC direciona seu planejamento pedagógico e conseqüentemente sua atuação. Diante disso, identificamos que a abordagem de cada professor parte de sua visão crítica e de sua compreensão política. Por exemplo, alguns professores afirmam que ainda não tem um posicionamento sobre o documento, mas, por ser uma política aprovada e que está posta na área de atuação do pedagogo, deve ser usada no curso de formação inicial, embora alguns ressaltem que não se deve ser seguida como uma receita de bolo.

Por outro lado, temos professores, que criticam essa política e tentam deixar isso bem claro em suas aulas, para que os alunos conheçam as duas vertentes, mas compreendam a

política nesse jogo de disputas de poderes, desse modo, configura-se como uma tentativa de “fugir” da BNCC, construindo um diálogo crítico e reflexivo sobre a política curricular. Além disso, outros professores se mostram totalmente contra o documento, realçam que não acham essa política necessária, sob o argumento de que políticas mais antigas sequer foram efetuadas, por isso, direcionam seu trabalho com a BNCC no sentido demonstrar as críticas e contrariedades que possuem a tal documento.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J. **Global Education Inc.: new policy networks and the neo-liberal imaginary**. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000400002&lng=p&nrm=iso>. Acesso: 05 de março 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LOPES, A. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p.109-118, mai.-ago. 2044. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: janeiro de 2023.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 222-247.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso: 19 de novembro de 2018.

MÉLO, Silmara Cássia Barbosa. **Políticas de formação continuada e de avaliação para alfabetização (2012-2018): trajetórias, redes políticas e repercussões no contexto da prática dos professores em escolas de Campina Grande/PB**. 298f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação. João Pessoa/PB, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

